



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Protestos

Professores exigem o piso nacional

“Manifestações levaram à suspensão parcial das aulas em algumas escolas do Estado, ontem, e podem culminar numa greve.”

(DC, Geral, p. 27)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 29/4/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 29/4/11
Assunto: Protestos Professores exigem piso nacional		Página: 27

PROTESTOS Professores exigem piso nacional

Manifestações levaram à suspensão parcial das aulas em algumas escolas do Estado, ontem, e podem culminar numa greve

PEDRO SANTOS

O dia de ontem foi de manifestações na rede estadual de educação em várias cidades do Estado, para exigir a implementação do piso nacional em Santa Catarina. Nas escolas catarinenses, as atividades foram parcialmente paralisadas.

Na quarta-feira, estados e municípios sofreram nova derrota no Supremo Tribunal Federal (STF), que manteve a regra que garante aos professores da educação básica o direito de ficar fora da sala de aula durante um terço da jornada de trabalho para desenvolver atividades de planejamento de aulas e aperfeiçoamento profissional. A corte julgou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que trata do piso nacional e da jornada de trabalho dos professores.

No início do mês, em julgamento também favorável aos professores, o STF determinou R\$ 1.187,14 para o piso nacional, em uma lei que,

sancionada em 2008, foi contestada pelo governo dos três estados do Sul, além de Mato Grosso do Sul e Ceará. Enquanto o governo entende o piso como salário mínimo da categoria, os sindicatos exigem o valor como o salário inicial no plano de carreira.

Em Santa Catarina, o salário-base da classe é de R\$ 609. Os professores exigem que o valor para carga horária de 40 horas seja de R\$ 1.587,87. A diferença de R\$ 400,73 leva em conta o reajuste do ano de 2010.

– Nosso Estado possui recursos para a educação. É hora de encarar os professores como prioridade – avalia a secretária-geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Anna Júlia Rodrigues.

Na manifestação de ontem, os professores protocolaram um ofício com a pauta de reivindicações na Secretaria de Educação (SED).

Em Chapecó, o protesto reuniu

cerca de 3 mil professores em frente à Praça Coronel Bertaso, que depois foram em caminhada até a Secretaria de Desenvolvimento Regional, onde entregaram a pauta de reivindicações. A coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin, disse que aguarda uma audiência com o governador na próxima semana. Em Joinville, a manifestação reuniu cerca de 300 professores na Praça Bandeira.

– A lei é constitucional e estamos aqui para exigir os nossos direitos – afirma a coordenadora do Sinte de Joinville, Clarice Erhardt.

O secretário de Educação, Marco Tebaldi, criticou os protestos.

– Essa movimentação é desnecessária. Não é sob pressão que vamos conseguir o diálogo, ainda mais quando aulas deixaram de ser dadas.

O governo tem a intenção de seguir com o estipulado no STF, mas aguarda o texto da sentença ser publicado. Caso uma proposta não seja feita até o dia 11, o sindicato afirma que há possibilidade de greve geral.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Joinville	Data: 29/04/2011
Assunto: Professores de braços cruzados		Página: 12



PEDIDOS EM FAIXAS

Manifestantes tomaram parte da praça da Bandeira ontem

Por piso de R\$ 1,1 mil

Professores de braços cruzados

Manifestação reuniu cerca de 300 pessoas de quatro cidades no Centro de Joinville

Os trabalhadores em educação da rede pública estadual catarinense paralisaram as atividades nesta quinta-feira. Os profissionais defendem a implementação do piso salarial nacional no valor

R\$ 1.187,14 para 40 horas semanais. Em Joinville, a manifestação reuniu cerca de 300 integrantes da categoria, liderados pelos Sindicatos dos Trabalhadores em Educação (Sinte) de Joinville, Jaraguá do Sul, Itajaí e Blumenau, na praça Bandeira, no Centro.

“Atualmente, recebemos pouco mais da metade deste valor, essa lei é constitucional e estamos aqui para exigirmos nossos direitos”, afirma Clarice Erhardt, coordenadora do Sinte Joinville.

O salário-base atual de Santa Catarina é de R\$ 609.

Representantes dos profissionais de educação entregaram um ofício reivindicando a implantação imediata do piso nacional, aprovado no início de abril pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A legislação, sancionada em 2008, foi ainda naquele ano contestada pelos governadores de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará. De acordo com a lei, Estados e

municípios devem pagar aos docentes, este ano, o valor atualizado de R\$ 1.187,14.

Todas as regiões catarinenses se mobilizaram pela causa e reduziram o tempo de aula de 45 para 30 minutos. Em Florianópolis e São José, as atividades foram paralisadas.

O governo estadual alega que a diferença nas folhas de pagamento dos educadores daria um impacto R\$ 15 milhões. Mas esta é toda uma proposta.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: NA.estado	Data: 29/04/2011
Assunto: Escola interditada volta às aulas na segunda-feira		Página: 18

GUARAMIRIM

Escola interditada volta às aulas na segunda-feira

Depois de nove dias interditada pela Vigilância Sanitária, a Escola Básica Lauro Zimmermann, em Guaramirim, vai reabrir na segunda. Segundo o diretor da escola, Ronaldo Guerra, que acompanhou a nova vistoria da Vigilância. Ontem, as fiscais observaram obras na cozinha, banheiros e em duas salas que permaneciam sem autorização para uso. A Lauro Zimmermann atende a 570 alunos.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 28/04/2011
Assunto: Professor terá 1/3 da jornada fora da sala		Página: A26

Professor terá 1/3 da jornada fora da sala

STF garante a docentes de educação básica uso de parte do tempo de trabalho para preparar aula

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

Estados e municípios sofreram ontem uma nova derrota no Supremo Tribunal Federal

(STF). A corte manteve uma regra que garante aos professores da educação básica o direito de ficar fora da sala de aula durante um terço da jornada de trabalho. Os educadores devem usar esse período para desenvolver atividades de pla-

nejamento de aulas e aperfeiçoamento profissional.

Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), com a confirmação de que os professores podem gastar parte da carga horária com atividades externas, as prefeituras terão de contratar mais 180 mil docentes para assegurar aos alunos quatro horas diárias de aula. Isso significará um impacto de R\$ 3,1 bilhões na conta dos municípios.

O julgamento foi concluído ontem, quando a votação terminou empatada em 5 a 5. Nesse caso, há um entendimento segundo o qual a ação deve ser julgada improcedente.

Apesar da decisão de ontem, o Judiciário poderá analisar novamente as regras que fixaram a divisão da jornada de trabalho dos professores.

Outra derrota. Neste mês, o

● Salário

R\$ 1.187,97

é o valor do piso nacional dos professores, que pode ser elevado com benefícios

STF já havia imposto uma derrota aos governos e às prefeituras ao julgar a ação movida por Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Ceará.

Na ocasião, os ministros confirmaram a validade da lei que fixou um piso salarial nacional para os professores.

De acordo com estimativas da CNM, será de R\$ 5,4 bilhões o impacto do piso nacional acrescido da necessidade de contratar mais 180 mil professores por causa da redução do período em sala de aula.

Clipping

CNTE

Pesquisa e Dia Mundial da Educação

- Data: 29/04/2011
- Veículo: CORREIO DO POVO - RS
- Editoria: ENSINO
- Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
ENSINO MÉDIO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

No Dia Mundial da Educação, comemorado ontem, o Ibope Inteligência divulgou pesquisa sobre o potencial anual de gastos com mensalidades e matrículas escolares no Brasil, a partir de dados do Pyxis Consumo, que avalia o potencial deste mercado. Conforme a pesquisa, o setor deve movimentar R\$ 43,61 bilhões em 2011, representando um consumo per capita de R\$ 267,68. A estimativa inclui número de domicílios em área urbana e potencial de consumo per capita, por região e por classe social.

O estudo revela que o potencial de consumo para mensalidade e matrícula escolar das classes A e B (juntas responsáveis por 26% dos domicílios urbanos do Brasil) apresentou percentual de 80,5%. E as classes C, D e E (que representam 74% dos domicílios urbanos) têm potencial de consumo para mensalidade e matrícula de 19,5%.

O estudo do Ibope mostra que o Sudeste tem potencial de consumo de 60%, seguido de Sul e Nordeste, ambos com 14%. O Centro-Oeste, 8%; e o Norte, 4%. O consumo per capita da região Sudeste é de R\$ 348,04 ao ano, cerca de 132% superior às regiões Norte (R\$ 149,89) e Nordeste (R\$ 149,59).

Os brasileiros analfabetos ou com Ensino Fundamental incompleto representam 59,30% da população. Pessoas com Ensino Fundamental completo respondem por 13,96%; com Ensino Médio completo, 20,51%; e com Ensino Superior completo, 6,23%.

Clipping

CNTE

Investimento na profissionalização

› Data: 29/04/2011
› Veículo: JORNAL DE BRASÍLIA - DF
› Editoria: BRASIL
› Assunto principal: ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Governo lança programa para dar bolsas a 3,5 milhões de alunos do Bolsa Família

O Governo Federal promete ofertar, em quatro anos, 3,5 milhões de bolsas para jovens do Ensino Médio, beneficiários do Bolsa Família e reincidentes do seguro-desemprego, além de garantir que 8 milhões de pessoas tenham acesso à educação profissional de qualidade no País. É o que prevê uma das ações mais ambiciosas da agenda da presidente Dilma Rousseff, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que foi lançado ontem, no Palácio do Planalto.

A iniciativa visa formar mão de obra qualificada por meio de capacitação técnica e profissional. O Ministério da Educação (MEC) prevê investimentos de R\$ 1 bilhão já neste ano.

"Enfrentamos grande demanda de mão de obra qualificada, muitas vezes assimétrica. Em alguns casos falta mão de obra qualificada; em outros, sobra mão de obra sem a qualificação necessária", disse Dilma.

O Pronatec foi citado no primeiro pronunciamento da presidente em cadeia nacional, em fevereiro. Ontem, Dilma afirmou que o sistema de capacitação profissional brasileiro se tornou um "desafio à nossa capacidade de crescimento" e, por isso mesmo, "tem de ser enfrentado de maneira direta e articulada".

DEPENDENTE DO CONGRESSO

Entre as ações do programa, encaminhado em projeto de lei que tramitará em regime de urgência

no Congresso, estão o aumento das redes estaduais de educação profissional, com o repasse de recursos para obras de infraestrutura e formação de professores; a ampliação da Escola Técnica Aberta do Brasil (de ensino a distância); concessão de bolsas em cursos técnicos para alunos do ensino médio público e bolsas em cursos de formação inicial e continuada para beneficiários do seguro-desemprego. Em alguns casos, as bolsas englobarão gastos com alimentação e transporte, informou o ministro da Educação, Fernando Haddad.

"Temos 6 milhões de estudantes na educação superior e 1 milhão no curso técnico. Isso é um paradoxo com o qual não podemos conviver. No mundo inteiro

essa relação é absolutamente diferente", disse Haddad. O governo deve inaugurar 81 unidades de escolas técnicas até o próximo ano. O objetivo é chegar a 600 unidades coordenadas por institutos federais até 2014, com 600 mil estudantes atendidos.

SAIBA+

Também estão previstas linhas de crédito para os empresários arcarem com as despesas da formação de trabalhadores em cursos técnicos de nível médio e financiamento para alunos e egressos do Ensino Médio.

Mas a medida só valerá para os alunos que saírem do Ensino Médio e estejam interessados no ensino técnico ofertado pelo Sistema S (Sesi e Senai, entre outras). Neste caso, o financiamento previsto no projeto será feito por instituições privadas

Clipping

CNTE

Governo dará bolsa para curso técnico

✦ Data: 29/04/2011
✦ Veículo: FOLHA DE S. PAULO - SP
✦ Editoria: COTIDIANO
✦ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Estudantes de ensino médio de escolas estaduais e trabalhadores terão facilidades para cursar ensino profissionalizante

Projeto de programa foi enviado ao Congresso em regime de urgência; expectativa é que seja aprovado em até 90 dias

DE BRASÍLIA

Alunos de ensino médio de escolas estaduais e trabalhadores receberão bolsas do governo federal para cursos profissionalizantes.

A medida foi anunciada ontem no lançamento do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego).

O projeto que cria o programa foi enviado ao Congresso em regime de urgência. A expectativa é que seja aprovado em até 90 dias.

Além de analisar a criação do programa, deputados e senadores também terão de dar aval para um crédito extraordinário de R\$ 1 bilhão para custeá-lo neste ano.

O Pronatec tem como meta oferecer 8 milhões de vagas até 2014 em cursos técnicos. Dessas, 3 milhões serão ofertadas por meio de bolsas. Parte delas, destinadas a alunos de ensino médio, terá duração de 800 horas, que serão cursadas no contraturno da escola tradicional (à tarde para quem estuda de manhã e vice-versa). A bolsa para trabalhadores terá 160 horas.

O governo ainda não definiu quantas bolsas serão destinadas a cada público. O valor do benefício irá variar de acordo com o tipo de curso e a instituição que ofertá-lo, mas, segundo o ministro Fernando Haddad (Educação), a estimativa é que seja entre R\$ 1.200 e R\$ 5.600, contando toda a duração do curso.

O dinheiro não irá para a mão do estudante -ele no máximo receberá o necessário para alimentação e transporte. A maior parte do valor, referente ao custo das aulas, irá direto para as instituições. A seleção dos alunos beneficiados caberá às secretarias estaduais de Educação.

De acordo com o ministro, as vagas serão oferecidas "preferencialmente" pelo Sistema S, que reúne entidades como o Sesi e o Senai. O sistema terá acesso a uma linha de financiamento do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para ampliar suas unidades.

Além desse sistema de bolsas, o governo também anunciou 200 novas escolas técnicas federais até 2014 e o financiamento de novas unidades das redes estaduais.

Outra medida é a inclusão do ensino profissionalizante no Fies (programa federal de financiamento estudantil), em que a amortização da dívida ocorre só depois da formatura. Poderão se beneficiar estudantes e empresas que queiram matricular seus funcionários em cursos de qualificação. As condições de pagamento serão facilitadas: o prazo será de até seis vezes o tempo do curso.

O Pronatec também prevê cursos para beneficiários do seguro-desemprego.

Ao lançar o programa, a presidente Dilma Rousseff disse ele será uma porta de saída para os beneficiários do Bolsa Família. Segundo ela, o programa dá uma "oportunidade de uma formação e capacitação profissional". (ANGELA PINHO, BRENO COSTA E MÁRCIO FALCÃO)

Clipping

CNTE

MEC não dá explicações sobre cálculo de metas

› Data: 29/04/2011
› Veículo: O GLOBO ONLINE
› Editoria:
› Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Publicada em 29/04/2011 às 00h10m

Demétrio Weber

BRASÍLIA - Quatro meses depois de enviar ao Congresso projeto que institui o novo Plano Nacional de Educação (PNE), com 20 grandes metas para a década de 2011 a 2020, o governo federal ainda não explicou como chegou aos números. Os deputados que analisam o projeto reclamam que o Ministério da Educação (MEC) reluta em enviar a chamada nota técnica, com o diagnóstico do ensino no país e os motivos que o levaram a estipular as metas.

Diante da demora, deputados apresentaram requerimentos de informações. Mas nem assim foram atendidos pelo MEC. Nesta quarta-feira, na terceira reunião da comissão especial criada para analisar o PNE, o relator, deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), reclamou da falta de resposta por parte do ministério. E apresentou novo requerimento, aprovado ontem mesmo.

- Temos pressa. Os deputados têm que ter esses dados em mãos. Sem eles, dificulta e muito o nosso trabalho - disse Vanhoni.

A vice-presidente da comissão especial, deputada, Teresa Surita (PMDB-RR), fez a mesma queixa.

- Não dá para trabalhar sem um diagnóstico - afirmou.

O projeto do PNE propõe o aumento dos investimentos anuais em Educação de 5% para 7% do Produto Interno Bruto (PIB), a universalização da pré-escola e do atendimento de jovens de 15 a 17 anos, a erradicação do analfabetismo entre adultos e a garantia de que todas as crianças aprenderão a ler e a escrever até os 8 anos. A comissão organizará audiências públicas para debater a proposta nas próximas semanas.

A assessoria de imprensa do Ministério da Educação informou que a nota técnica será encaminhada à Câmara até a próxima terça-feira.

Um dos requerimentos é de autoria do deputado Nelson Marchezan Júnior (PSDB-RS). Ele foi encaminhado em março, e o prazo terminou em 4 de abril. Em tese, conforme prevê a Constituição, o atraso configura crime de responsabilidade.

Mas, segundo a Primeira Secretaria da Câmara, a decisão de abrir processo

contra o ministro Fernando Haddad cabe exclusivamente ao autor do requerimento, no caso, Marchezan Júnior. Assessores do deputado disseram ontem que essa possibilidade estaria afastada, já que o MEC prometeu o envio da nota explicativa nos próximos dias.

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/educacao/mat/2011/04/28/mec-nao-da-explicacoes-sobre-calculo-de-metas-924345163.asp#ixzz1KtreoXJI>

© 1996 - 2011. Todos os direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A.

Clipping

CNTE

28/04/2011 - Educadores lançam site para melhorar o aprendizado do aluno

• Data: 28/04/2011
• Veículo: O GLOBO ONLINE
• Editoria: PAÍS
• Jornalista(s): Adauri Antunes Barbosa
• Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Adauri Antunes Barbosa

SÃO PAULO. Foi lançado hoje em São Paulo o projeto "Caminhos para melhorar o aprendizado", que torna acessível por meio da internet uma compilação de projetos e trabalhos sobre educação cujo foco está na eficácia do processo de aprendizagem do aluno. O site www.paramelhoraroaprendizado.org.br apresenta as principais conclusões de 165 estudos nacionais e internacionais sobre os impactos de políticas de educação, e analisa o impacto de diversas características do sistema educacional, das escolas e dos professores sobre o aprendizado dos alunos, especialmente em Matemática e Linguagem.

Aa presidente do Instituto Ayrton Senna, Viviane Senna, chamou o trabalho de um "bebezão" que foi longamente gestado e que, por coincidência, nasceu no Dia da Educação.

- Esse novo projeto é um bebê, um bebezão, que foi longamente gestado. Um trabalho de gestação que durou quatro anos. Foi muito trabalho, mas que teve um fina de gestação com um coincidência bem bonita: ele nasce no Dia da Educação - disse.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, que deveria participar do lançamento, não pode comparecer por ter outros compromissos em Brasília. A economista Bárbara Bruns, economista para a área de Educação do Banco Mundial, falou aos presentes, sobre os avanços que classificou como "impressionantes" da educação no Brasil nos últimos 15 anos.

- O Brasil avançou muito nesses últimos 15 anos. Deixou para trás muitos países que não estão parados. E tem um sistema descentralizado que gera uma riqueza de experiências que é incrível - disse a economista, que terminou sua palestra dando um conselho à presidente Dilma: - Esta é uma oportunidade para encorajar a inovação e disseminar o conhecimento sobre o que funciona no Brasil, que é um laboratório de ações educacionais.

O conteúdo do site lançado ontem é apresentado em 25 verbetes com importantes políticas educacionais e organizados em cinco grandes áreas: recursos da escola, plano e práticas pedagógicas, gestão da escola, gestão da rede de ensino e condições das famílias. Um grupo de 17 pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec/RJ), Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Federal de Minas

Gerais (UFMG), coordenado pelo pesquisador Ricardo Paes de Barros, analisou cerca de 600 pesquisas e selecionou as que cumpriram com os critérios técnicos definidos pela equipe para compor os verbetes e recomendações.

- O objetivo deste estudo é organizar e apresentar de forma ordenada o que este vasto conjunto de estudos científicos tem a dizer sobre o desenho de políticas públicas voltadas à promoção do aprendizado em escolas e sistemas educacionais brasileiros - explicou Paes de Barros, que é também membro da Comissão Técnica do Todos Pela Educação e da Academia Brasileira de Ciências.

No trabalho, do Instituto Ayrton Senna e do movimento Todos Pela Educação, os estudos que tratam do contexto nacional tiveram prioridade. Mas, dos 165 que atenderam aos critérios de seleção, 140 são internacionais e apenas 25 nacionais. Esses conteúdos foram sintetizados em 25 verbetes que compõem o site. Cada um desses verbetes é composto por um resumo, que reúne as conclusões das pesquisas, suas limitações e possibilidades de ação. Também há notas técnicas detalhadas sobre a confiabilidade dos estudos, a possibilidade de generalização para outros contextos e a bibliografia utilizada.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 28/04/2011
Assunto: Governo destinará R\$ 1 bilhão para programa de ensino técnico em 2011		Página: online

Governo destinará R\$ 1 bilhão para programa de ensino técnico em 2011
R\$ 700 milhões serão para ampliar escolas técnicas no país.
Bolsas para capacitação profissional poderão chegar a R\$ 6 mil.

Nathalia Passarinho Do G1, em Brasília

O ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou nesta quinta-feira (28) que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) terá investimentos de R\$ 1 bilhão do governo federal em 2011. O Pronatec, que pretende “expandir, interiorizar e democratizar” a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, ainda precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional, onde tramitará em regime de urgência.

De acordo com Haddad, do total de recursos previstos para o programa no orçamento do Ministério da Educação, R\$ 700 milhões serão para pagar bolsas integrais de capacitação profissional a trabalhadores e estudantes. Os outros R\$ 300 milhões serão destinados a financiar cursos profissionalizantes através do programa de Financiamento Estudantil (Fies).

As bolsas, segundo o ministro, deverão pagar os custos do curso técnico, além de transporte e alimentação. Pelas estimativas do MEC, o valor da bolsa pode chegar a R\$ 6 mil, para um curso técnico de mais de 800 horas. Serão oferecidas, no total, 3,5 milhões de bolsas em quatro anos.

"O valor vai variar de curso para curso, mas será em média de R\$ 7 por hora estudada", disse o ministro, em entrevista coletiva. Haddad afirmou ainda que a expectativa do Pronatec é atender 8 milhões de pessoas até 2014. Já o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai destinar, de imediato, R\$ 3,5 bilhões em crédito para ampliação e construção de instituições de ensino profissionalizante.

Por meio do Pronatec, o governo federal quer intensificar o programa de expansão de escolas técnicas em todo o país. Além das 81 unidades que estão em execução e devem ser inauguradas neste e no próximo ano, devem ser anunciadas outras 120 nos próximos dias. O mesmo projeto de lei do governo que inclui o Pronatec também propõe expandir o programa de financiamento estudantil (Fies) para estudantes que queiram ingressar no ensino profissionalizante e para empresas que queiram capacitar seus funcionários.

Em discurso, durante o lançamento do programa, Haddad destacou que o governo da presidente Dilma Rousseff fará, até 2014, 200 novas escolas técnicas, quase a mesma quantidade das instituições inauguradas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em oito anos de governo.



“Se foi possível no governo Lula construir 214 escolas técnicas [...] até 2014, em quatro, não em oito, vamos entregar novas 200 escolas técnicas federais”, disse o ministro.

Rede ampliada

Segundo o Ministério da Educação, há, atualmente, 354 unidades em funcionamento. Com as novas unidades, a rede federal deverá contar com cerca de 600 unidades escolares administradas pelos 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia e um atendimento direto de mais de 600 mil estudantes no país.

Um dos objetivos do programa é aumentar a oferta, pelos estados, de ensino médio concomitante com a educação profissional. Esta ação será abarcada pelo programa Brasil Profissionalizado, parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PNE), que teve a adesão das 27 unidades da federação. Os recursos serão repassados para construção, reforma, ampliação de infraestrutura escolar e de recursos pedagógicos, além da formação de professores.

Outra ação será a ampliação da Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec), modalidade a distância, que instalou 259 polos em 19 estados até 2010, atendendo a cerca de 29 mil estudantes. Em 2011, serão mais de 47 mil vagas; 77 mil em 2012; mais de 197 mil em 2013 e cerca de 263 mil em 2014.

Segundo o governo, a ideia é “dar mais celeridade” ao acordo firmado no governo anterior com o Sistema S (Sesi, Senai, Sesc e Senac), segundo o qual essas entidades devem aplicar dois terços de seus recursos advindos do imposto sobre a folha de pagamentos do trabalhador na oferta de cursos gratuitos.

Dessa forma, as escolas do Sesi, Senai, Sesc e Senac receberão alunos das redes estaduais do ensino médio, que complementarão a sua formação com a capacitação técnica e profissional. As escolas do Sistema S e das redes públicas também ofertarão cursos de formação inicial e continuada para capacitar os favorecidos do seguro-desemprego, reincidentes nesse benefício. A ação se aplicará também ao público beneficiado pelos programas de inclusão produtiva, como o Bolsa Família.